

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DE PREFEITO



LEI Nº 824

DE 06 DE FEVEREIRO DE 2001.

**“ALTERA A REDAÇÃO DE
DISPOSITIVOS DA LEI N.º 521 DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1994 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS”.**

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a
seguinte Lei:

Art. 1.º - O Caput e os incisos I, II, III e X do art. 1º da Lei 521
de 30 de dezembro de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1.º - Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar –
CAE, como órgão deliberativo, fiscalizador e de
assessoramento, na execução do programa de assistência a
Educação Alimentar junto aos estabelecimentos de Educação
Pré-escolar e de ensino fundamental mantidos pelo
Município, motivando a participação de órgãos e da
comunidade na consecução de seus objetivos, competindo-lhe
especificamente:**

**I - acompanhar a aplicação dos recursos federais
transferidos à conta do PNAE;**

**II - Os cardápios do programa de alimentação escolar sob a
responsabilidade do Município, serão elaborados por
nutricionistas capacitados, com a participação do CAE e
respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua
vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando
prioridade, dentre esses, aos semi-elaborados e aos in-natura.**

**III – Na aquisição dos gêneros alimentícios, terão prioridade
os produtos da região, visando a redução dos custos.**

**X - Zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis,
desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as
boas práticas higiênicas e sanitárias;**

(.....)

Art. 2º - Fica acrescido ao art. 1º da Lei nº 521, de 30 de dezembro de 1994, o Inciso XIV, com a seguinte redação:



“Art. 1º (.....)

XIV - Receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhadas pelo Município.”

Art. 3º - O “CAPUT” do Art. 2º, e seus incisos I, II, III, IV, V e VI, e o § 1º e § 2º da Lei nº 521, de 30 de dezembro de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação :

“Art. 2º - O Conselho de Alimentação Escolar é constituído por sete membros e com a seguinte composição:

I – um representante do Poder Executivo, indicado pelo chefe desse Poder;

II – um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder;

III – dois representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão de classe;

IV – dois representantes de pais de alunos, indicados pelo conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares;

V – um representante de outro segmento da sociedade local.

§ 1º - Cada membro titular do CAE terá um suplente da mesma categoria representada.

§ 2º - A nomeação dos membros e do Presidente do CAE será feita por decreto do prefeito com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

Art. 4º- Fica revogado o § 3º do art. 2º da Lei anteriormente mencionada.

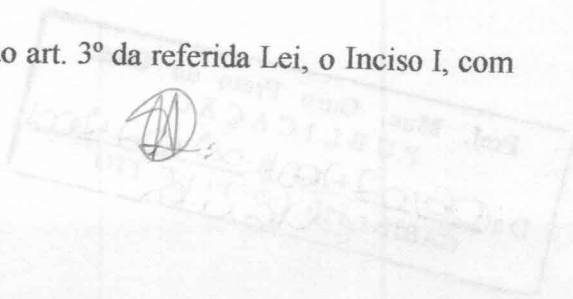
“§ 3º - (Revogado).”

Art.5º - O Art. 3º da Lei nº 521, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - O CAE terá 01 (um) Presidente e seu respectivo Vice, com mandatos de (02) dois anos, podendo ser reeleitos uma única vez.”

a seguinte redação:

Art. 6º - Fica acrescido ao art. 3º da referida Lei, o Inciso I, com



“ I - O Presidente será eleito e destituído pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros do CAE, presentes em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim;

Art. 7.º - O Art. 4º da Lei nº 521, de 30 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

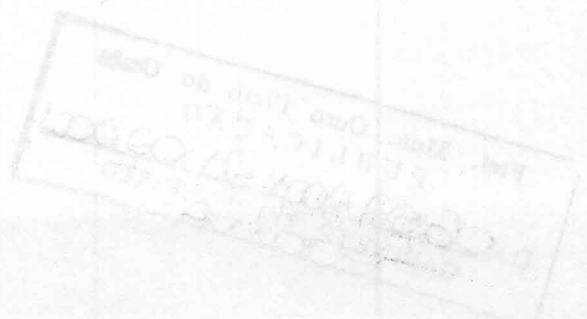
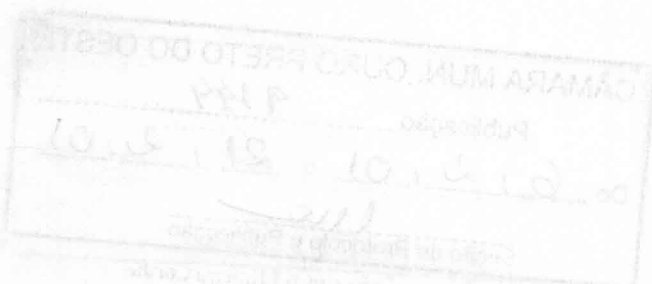
“Art. 4.º O exercício do mandato de Conselheiro do CAE é considerado serviço Público relevante e não será remunerado.”

Art. 8º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º- Revogam-se as disposições em contrário.



**CARLOS MAGNO RAMOS
PREFEITO**





Ao Exm^o. Senhor Presidente,

Segue o presente processo montado nesta seção através dos documentos em anexo.

Em, 6.2.2001

[Signature]
Maria Teixeira de Oliveira Lucio
Seção de Protocolo e Publicação
Port. 086/GP/CMOPO/RO/99

2) Assessoria Jurídica,

Segue o presente processo para providências.

Em: $\frac{08}{02}$
2001

[Signature]
Adelino César de Morais
Assessor Jurídico da Câmara
Port. 091/GP/CMOPO/RO/99

A Direção Legislativa
conferir esta Lei com o projeto
aprovado, após enviar ao arquivado.
Em, 12 de fevereiro de 2001.

[Signature]
José Martins dos Anjos
Assessor Jurídico
Port. 091/GP/CMOPO/RO/99

Ao Protocolo:

Segue presente processo para ser
arquivado. $\frac{12}{02}$
2001

[Signature]
André Luiz Delix de Santana
Divisão Legislativa
Port. 091/GP/CMOPO/RO/99